



Assunto: “Saída do helicóptero de Emergência Médica do distrito de Bragança”

O Nordeste Transmontano tem, nas últimas três décadas, sido a parte do país mais martirizada pela cultura centralista dos sucessivos governos, política que concentra cada vez mais a economia e a população no litoral, abandonando as pessoas e o território da generalidade da fronteira terrestre como se, sobre este não existissem obrigações de soberania, fraturando o país, deixando a população do Interior cada vez mais entregue a si própria, discriminando-a negativamente, reduzindo competências e extinguindo serviços públicos em áreas, como a saúde, a justiça, as finanças, a segurança social, o ensino e outros, ficando os serviços de proximidade cada dia mais distantes e menos acessíveis a um povo fragilizado empobrecido.

Será que com esta situação de abandono e esquecimento nos querem obrigar a olhar para o território de Espanha como “a alternativa”, continuando o governo de Lisboa a não compreender que o país tem que se reencontrar consigo próprio, promover uma nova visão de coesão e de competitividade para o país no seu conjunto, construindo um futuro que sirva justamente todos os portugueses?

No distrito de Bragança foi colocado um dos cinco helicópteros da rede nacional de emergência médica, decisão tomada considerando as grandes distâncias a que as populações se encontram de unidades hospitalares, garantindo resposta médica mais célere às populações e para suprir fragilidades resultantes do encerramento do serviço médico noturno de atendimento em vários concelhos do distrito, conforme protocolo negociado pelo anterior ministro e assinado em 2008. Esta medida ajudou a minimizar a falta de recursos humanos especializados e meios específicos de diagnóstico para tratar doentes críticos, transportando-os para unidades hospitalares centrais, nomeadamente no Porto. O helicóptero é um meio de emergência prioritário na evacuação de doentes críticos em que o tempo faz a diferença entre a vida e a morte.

Para a população próxima de unidades hospitalares, dotadas e servidas por uma boa rede de ambulâncias afetas aos serviços médicos de emergência, o tempo de



evacuação não é crítico, mas é para a população do distrito de Bragança, em que o mais importante é a acessibilidade e a garantia de cobertura em situações críticas, em que o tempo de resposta faz de fato a diferença.

A solução atual de posicionamento do helicóptero em Macedo de Cavaleiros serve bem todo o Interior Norte (Trás-os-Montes e Douro) e parte da Beira Interior Norte, enquanto na solução que agora o Governo pretende implementar, concentrando meios aéreos no Centro, Lisboa e Algarve, exclui parte do território de fronteira do Nordeste Transmontano, deixando a maior parte dos concelhos do distrito praticamente fora da área de atuação do helicóptero. A solução de posicionamento do helicóptero em Vila Real, cidade muito próxima do Porto, não serve adequadamente a população do Nordeste Transmontano, e o Norte perde no seu todo e fica pior servido. É a partir de Macedo de Cavaleiros que as regiões do Interior Norte (Trás-os-Montes, Douro) e Beira Interior Norte ficam melhor servidas.

É negativa a atitude de fazer tão significativa alteração no posicionamento dos meios, sem que os eleitos locais fossem ouvidos, ao contrário do que aconteceu na situação anterior, assim como se comete uma grave injustiça com o povo da região que concedeu ao atual primeiro-ministro, a maior percentagem de votação no país nas últimas eleições legislativas, confiando em políticas para contrariar as enormes desigualdades territoriais, o despovoamento e o empobrecimento desta região. Os cidadãos do distrito de Bragança não podem servir simplesmente para efeitos de contabilidade eleitoral dos partidos.

Não se compreende e não é aceitável que num país democrático, mesmo que em situação de emergência financeira e em recessão económica, quem toma decisões de política nacional com incidência regional não dialogue pelo menos com os representantes dos territórios. É também obrigação de todos os deputados eleitos pelo distrito de Bragança, defender em primeiro lugar, e de forma muito clara as necessidades e anseios do povo que os elegeu.



Não contestamos o facto de o Governo ter decidido fazer um concurso conjunto de aquisição de serviços e locação de meios aéreos sazonais e permanentes partilhados para resolução de problemas de proteção civil e emergência médica. Sabemos que a situação de emergência financeira a que o país foi conduzido e a recessão económica em que se encontra, obrigam todos a fazer melhor, com menos recursos. Contestamos sim, a retirada do helicóptero de Macedo de Cavaleiros por deixar a população do distrito pior servida do que está atualmente, mais desprotegida, mais abandonada e entregue a si própria, ficando agora ainda mais penalizada numa área vital que é a dos cuidados de saúde.

Refletido o assunto no Executivo Municipal, considerou-se ser necessária uma tomada de posição pública, enviar a presente tomada de posição ao senhor Primeiro-ministro e solicitar que o processo seja revisto, no sentido de o helicóptero posicionado em Macedo de Cavaleiros aí continue. Comunicar aos senhores ministros da Administração Interna e da Saúde o evidente desagrado pela rede proposta, solicitando a sua reavaliação. Colocar à consideração dos executivos das Câmaras Municipais e às Assembleias Municipais do distrito que tomem posição e a divulguem junto da população.

Município de Bragança, 27 de Junho de 2012

O Presidente da Câmara Municipal,

António Jorge Nunes (Eng.º Civil)